

## **JUVENTUDE, PERIFERIA E MEIO AMBIENTE URBANO**

**Aluna: Viviane Barbosa Loures**  
**Orientador: Marcelo Tadeu Baumann Burgos**

### **Introdução**

Originalmente, esta pesquisa foi concebida no contexto do projeto Juventude e Periferia, que tinha por objetivo estudar a relação entre os jovens moradores da Baixada Fluminense e a vida cívica local. Durante estes últimos doze meses de trabalho, dedicamo-nos à leitura e à discussão de uma bibliografia que trata de três conjuntos de temas: a questão juvenil, a questão da periferia e a questão do meio ambiente. Foi a partir dessas três vertentes que elaborei meu projeto de monografia, que está desenvolvido no contexto do PIBIC.

Essas leituras foram realizadas através de um seminário semanal, que contou com a participação do professor orientador, de uma aluna do Mestrado e de cinco alunas da Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Com base nas leituras e discussões, realizei resenhas da bibliografia lida.

Além disso, realizamos duas incursões de campo, que serviram como laboratório para uma série de reflexões, dentre elas sobre como a condição periférica vem sendo enfrentada através de novas formas de militância política e cultural. Realizamos entrevistas com o Grupo Setor BF, de Mesquita/RJ e, ainda, com o Grupo Enraizados, de Nova Iguaçu/RJ. Posteriormente, realizei a transcrição das entrevistas.

A partir do material produzido por essas atividades, estou desenvolvendo minha monografia de final de curso. A pesquisa aborda a relação entre Juventude e Periferia e a forma como a questão ambiental aparece como um dos temas centrais da agenda política dos movimentos juvenis desenvolvidos na periferia. Para tanto, é importante considerar o novo protagonismo do jovem na periferia, que, através de ongs e de outras formas organizacionais, associa formas de militância política e cultural.

Na monografia, que se encontra em fase de finalização, abordo a questão da relação entre Meio Ambiente e a Periferia, a partir do enfoque da Justiça Ambiental. Para tanto, é necessário pensar a questão ambiental no contexto internacional, levando em conta o surgimento do Movimento Ambientalista em suas diferentes expressões.

Em seguida, de modo mais específico, considero a questão da periferia das regiões metropolitanas brasileiras, em particular a Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. E o seu meio ambiente urbano será pensado a partir de uma análise que leva em conta a relação entre a história política local e dimensões como a coleta do lixo, o saneamento básico e, ainda, o acesso a equipamentos de saúde pública.

Para tal análise, um conceito importante é o de espoliação urbana, formulado para dar conta da forma específica de exploração que caracterizaria a formação de regiões metropolitanas de países periféricos. No caso brasileiro, onde o descaso do poder público em relação à habitação popular e à comunidade periférica acaba por se refletir no espaço comum / no meio ambiente urbano, trouxe pesadas conseqüências e problemas ao meio ambiente urbano dos territórios populares. Por isso mesmo, está em curso um processo de tomada de consciência de que a questão ambiental é, sobretudo, um problema da periferia, o que vem animando iniciativas voltadas para a sua politização.

A fim de considerar processos de mobilização social em torno da questão ambiental na periferia, em minha monografia, apresentarei um breve relato de algumas experiências de movimentos sociais que tiveram como alvo a luta pela melhoria da

qualidade de vida local. Em seguida, vou aprofundar o estudo da relação de grupos jovens com a questão ambiental na Baixada Fluminense, o que deixará evidente que a sua problematização vem ocorrendo através de atores não tradicionais da política local, em especial por atores sociais constituídos a partir da condição juvenil.

De modo mais sistemático, a monografia está organizada a partir da seguinte estrutura:

## Capítulo 1

### 1 - A QUESTÃO AMBIENTAL

#### 1.1 – O Movimento Ambientalista e suas diferentes expressões

#### 1.2 – O Meio Ambiente e a Periferia: O conceito de Justiça Ambiental

O capítulo I fala da questão ambiental de uma forma geral no contexto internacional.

Abordarei o surgimento do Movimento Ambientalista e suas diferentes expressões. Para tal desenvolvimento, trarei para a discussão o livro *O Poder da Identidade*, mais especificamente o capítulo *O Verdejar do Ser*, de Manuel Castells.

Falarei da relação do Meio Ambiente e a Periferia, mobilizando para tanto do conceito de Justiça Ambiental. Vale ressaltar que o conceito de Justiça Ambiental será discutido nesse capítulo com maior ênfase mas estará presente também nos demais capítulos. Para tal questão, utilizarei um vasto material dentro do livro *Justiça Ambiental e Cidadania*, elaborado por diversos autores.

## Capítulo 2

### 2 – A QUESTÃO AMBIENTAL NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

2.1 – Espoliação urbana, experiências de Movimentos Sociais, saúde pública, saneamento, gestão do lixo

#### 2.2 – O caso da Baixada Fluminense

O capítulo II novamente utiliza a questão ambiental, todavia, no contexto brasileiro, precisamente nas Metrópoles Brasileiras.

Para tal análise, a noção de espoliação urbana, desenvolvida por Lúcio Kowarick, será uma das bases do presente capítulo, que estará às voltas com a questão do lixo, do saneamento básico e ainda com a saúde pública, tendo como cenário a Baixada Fluminense.

Apresentarei um breve relato de algumas experiências de movimentos sociais que tiveram como alvo a luta pela melhoria quanto à qualidade de vida. Nesse sentido, recorrerei aos casos selecionados no livro *Justiça Ambiental e Cidadania*, entre os quais adianto o caso de Cubatão.

## Capítulo 3

### 3 – JUVENTUDE E PERIFERIA

O capítulo III fechará a monografia abordando a relação entre Juventude e Periferia, e a forma como a questão ambiental aparece enquanto um dos temas centrais da agenda política dos movimentos juvenis desenvolvidos na periferia. Para tanto, será importante considerar o novo protagonismo do jovem na periferia, cujo ator associa formas de militância cultural a uma luta pela melhor qualidade de vida local.

O capítulo será realizado a partir da exploração da bibliografia já lida ao longo do ano de 2007, no contexto do grupo de pesquisa Juventude e Periferia.

Na seção seguinte, apresento o desenvolvimento da pesquisa, que corresponde às partes dos capítulos I e II da minha monografia.

### **Desenvolvimento da Pesquisa**

Da perspectiva da justiça ambiental, a questão surge a partir da inquietação de populações periféricas altamente expostas aos riscos ambientais provenientes de um modelo econômico desenvolvimentista, que dirige os custos ambientais para os espaços que somente a população carente tem acesso, restando apenas um ambiente degradado para a população de baixa renda enquanto, por outro lado, os agentes detentores de poder concentram os espaços preservados, os recursos ambientais e obviamente o capital / renda. A qualidade de vida fica então restrita a uma pequena parte da população mundial, que se apodera dos recursos naturais. Bens que deveriam ser coletivos tornam-se propriedades de poucos.

Como afirma Carlos Machado de Freitas (2004) “... as situações e/ou eventos de riscos devem ser compreendidas no consciente sócio econômico em que ocorrem, onde riscos químicos interagem com populações tornadas vulneráveis por meio de aspectos como, por exemplo, rápida urbanização, moradias precárias, ausência de saneamento, altos níveis de pobreza e ausência de recursos para enfrentar os eventos de riscos”

Dessa forma, trago para a discussão o desenvolvimento e o surgimento de reações nas periferias das cidades americanas, importando numa redefinição da concepção ambientalista com o tema justiça ambiental.

A partir de 1960, nos E.U.A, através dos movimentos sociais que reivindicavam direitos civis, surgiu o conceito de justiça ambiental, tendo em vista a desigualdade dos efeitos ambientais negativos sobre a população excluída. Aos poucos, os atingidos notaram que quanto mais pobres e/ou discriminados os lugares e as populações, maior a poluição local.

Na década de 60, redefiniu-se em termos ambientais um conjunto de lutas contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química, de locais de moradia e trabalho e a disposição indevida de lixo tóxico e perigoso.

De acordo com Henri Acselrad (2004) “nos anos 70, sindicatos preocupados com saúde ocupacional, grupos ambientalistas e organizações de minorias étnicas articularam-se para elaborar em suas pautas respectivas o que entendiam por questões ambientais urbanas”.

O movimento de justiça ambiental nasceu nos E.U.A por volta dos anos 1980. Tal movimento mostrou a correlação entre degradação ambiental e injustiça social, havendo, assim, uma luta por questões de caráter territorial, social, de direitos civis e ambiental.

Dessa forma, o movimento de justiça ambiental não direciona as ações somente para o ambiente natural, mas também para outros segmentos que sofrem injustiça.

O conceito de Justiça Ambiental é um dos alicerces do livro *Justiça Ambiental e Cidadania* e tal conceito, segundo Henri Acselrad, Selene Herculano e José Augusto Pádua (2004), pode ser definido como: “conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania”

Ainda segundo os autores que militam no campo da justiça ambiental, para conter o quadro de injustiça, é preciso que a comunidade atingida acione políticas públicas e assim refreie os efeitos da lógica do mercado, como a desigualdade

econômica, social e política gerada, e que encontra terreno fértil onde não há articulação entre a população local e os agentes de poder.

Contra isso, esse autores postulam as seguintes premissas:

- A percepção que as autoridades utilizam recursos que nem sempre são justificáveis;
- A vontade de mudança nos arranjos de poder pelos grupos sociais;
- Os indivíduos se verem como agentes transformadores.

Os indivíduos com capital têm o poder de escolher seus ambientes – ambientes onde a resistência social seja menor e, conseqüentemente, onde haja falta de organização. Nessa lógica, as unidades de produção tenderão ainda a se localizar onde o valor do solo seja menor com o objetivo de reduzir custos.

Tal cenário força o sujeito a aceitar a degradação do local onde mora.

Fatores como terras baratas, falta de oposição da população local pela fraqueza política, além da falta de mobilidade espacial contribuem para reproduzir esse cenário de desigualdade.

Assim sendo, a degradação ambiental e a crise que dela é gerada, está intimamente ligada à injustiça social, a uma segregação sócio-espacial e cultural (raça e etnicidade), que define os lugares que sofrerão o ônus ambiental.

A distribuição dos riscos ambientais por classe social é uma conseqüência normal do capitalismo. Esse modelo faz com que os benefícios econômicos da produção sejam concentrados nas camadas mais altas do sistema de estratificação. Inversamente, os riscos ambientais tendem a se concentrar nas camadas inferiores.

Se, por um lado, os indivíduos com melhores empregos e habitando em áreas ambientalmente seguras possuem maior poder para alterar processos de produção a fim de reduzir os riscos ao ambiente (mesmo que vivam a uma certa distância das unidades de produção), por outro, os trabalhadores têm menor poder para efetuar mudanças, mesmo que estejam mais expostos aos riscos ambientais e que ainda tenham maior incentivo para mudar as práticas produtivas.

Dessa forma, a distribuição do poder político e residencial (os padrões habitacionais são segregados por classe, daí que os riscos ambientais não sejam distribuídos de maneira uniforme) baseada na classe gera uma distribuição espacial do poder. Uma distribuição mais igualitária dos benefícios econômicos corrigiria o desequilíbrio entre as classes.

A realidade vista nas periferias é a de que as comunidades pobres aceitam qualquer iniciativa de desenvolvimento econômico, tendo em vista a promessa de emprego, pois tais comunidades possuem menor liberdade para rejeitar as unidades de produção.

É fato que os benefícios que as indústrias proporcionam aos moradores são mínimos. Na razão inversa, temos os danos enormes da poluição numa população exposta a resíduos. O cenário de degradação visto na periferia revela ainda que quanto maior o risco ambiental, menor o custo da moradia e menos rica é tal comunidade.

De acordo com os ambientalistas, para haver melhora no ambiente, é preciso, antes mesmo de uma ação efetiva, uma reflexão, uma consciência crítica dos moradores. Essa é a grande questão, pois somente a partir deles mesmos se poderá esperar que mudanças significativas venham a ocorrer. E isso pressupõe o desenvolvimento de organizações locais, com capacidade de se articular com parceiros regionais, nacionais e internacionais.

Adeline Levine (2004), a respeito do caso de *Love Canal*, mostra que mesmo onde existem leis que reflitam a convicção de que a poluição ambiental deva ser controlada, tais leis podem não ser adequadas, e podem não ser bem aplicadas. A autora diz, ainda, que, em muitos casos, os poluidores são os empregadores das pessoas que sofrem poluição, dificultando assim o processo de participação dos moradores prejudicados.

Deve-se mencionar também que a mídia foi um importante instrumento para pressionar os agentes políticos. A opinião pública tomou corpo e aos poucos houve uma conscientização gradativa dos moradores, cada um a seu tempo. Isto porque a percepção do problema da poluição ambiental é sentida pelos moradores em momentos diferentes, ao contrário de um desastre físico no qual é sentido ao mesmo tempo por diversas pessoas. “Há um processo lento de despertar de consciência”.

Outra questão quanto ao processo de participação cidadã que vale a pena ser mencionada é a da formação de um grupo. Um grupo normalmente é formado por pessoas comuns da comunidade. São também aquelas que foram atingidas.

Há a necessidade de terem além dos membros de um grupo, uma liderança capaz de representá-los. O processo de organização de um grupo se dá primeiramente com o envolvimento de pessoas comuns e atingidas. Posteriormente, há a necessidade de um líder. Tal organização comunitária precisa estabelecer fronteiras e escolher um enfoque.

É necessário enxergar o problema e mais que isso, combater os danos causados pelo modelo da industrialização e da urbanização, de modo a evitar a segregação espacial e a exclusão social dele resultantes. Alguns obstáculos devem ser superados, pois há uma vulnerabilidade populacional de acordo com o status social, político e econômico, raça, etnia, gênero (exclusão social). Há, ainda, a vulnerabilidade institucional em termos de políticas públicas, falta de legislação ou o seu não cumprimento.

Uma das saídas é a interação entre os agentes. A política e a comunidade, através da participação, podem fortalecer laços comunitários de solidariedade. A mídia é uma importante ferramenta. Quanto mais divulgada a informação sobre as lutas e manifestos, maior será a sua atuação e os ganhos. Quanto menos visível, menores serão seus ganhos.

Cada um pode atuar no dia-a-dia como cidadão efetivo. Até mesmo como consumidor, temos o grande poder de pressionar as empresas que exploram a mão-de-obra.

Tem sido uma tônica do movimento ambientalista, que a grande mudança que a sociedade almeja não virá pelo Estado, mas sim de um movimento de baixo para cima, através dos grupos sociais inseridos num sistema excludente e de globalização. Através dos movimentos sociais, temos maior visibilidade dos acontecimentos e/ou problemas.

Apenas as leis, o instrumento burocrático não é capaz de impedir o descaso ao homem e ao ambiente.

De acordo com Beverly Wright (2004), “o governo deve desenvolver um mecanismo para redirecionar efetivamente as injustiças com a comunidade. O estabelecimento e o desenvolvimento de Centros de Justiça Ambiental representam um meio possível de acelerar as respostas do governo às injustiças com a comunidade e efetivar as mudanças”. Dessa forma, haveria uma conexão entre as comunidades e as agências do governo encarregadas de fornecer serviços de proteção ambiental.

Um dos exemplos de Centro de Justiça Ambiental, localizado nos E.U.A, conta com a participação da Xavier University, em Louisiana, isto porque há uma colaboração de mão dupla ou parceria entre comunidades e universidades trazendo benefícios para ambos. Cada centro deve atender à demanda de uma comunidade

específica. Os centros de justiça ambiental podem servir como ponte entre a comunidade impactada e o governo.

Essa intervenção, através da experiência da comunidade e o conhecimento teórico dos educadores, tem como resultado uma pesquisa, capaz de formular políticas públicas (sociais e ambientais).

O centro de justiça ambiental no extremo sul dos E.U.A conta com a relação entre universidade e as organizações da comunidade. Tal articulação de forças promove importantes avanços quanto à questão ambiental abarcando a justiça ambiental, impactos sociais e a degradação gerada pelo modelo industrial.

### **Conclusões**

Embora a monografia ainda não tenha sido concluída já é possível adiantar, com base na presente pesquisa, que ficou nítido que o problema ambiental é uma plataforma de animação política que, no caso da periferia, tem aberto uma possibilidade de interpelação da questão social e econômica, que se manifestam através de um meio urbano degradado. Também evidenciou que esse tipo de animação não tem tido passagem no tipo de política tradicional, reclamando novas formas de atuação, que encontram entre os jovens uma forma de manifestação.

### **Referências Bibliográficas:**

ACSELRAD, Henry; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (2004) – *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará.

ABRAMO, Helena (1997) – “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: *Juventude e Contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, ANPED, dezembro, números 5 e 6.

ABRAMOVAY, Miriam; WAISELFISZ, Julio Jacobo; ANDRADE, Carla Coelho & RUA, Maria das Graças (2002) – *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers. Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília*. Brasília: Garamond.

ALVES, José Cláudio Souza (2003) – *Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. APPH, CLIO.

ALVIM, Rosilene & GOUVEIA, Patrícia (2000) – *Juventude anos 90: Conceitos, Imagens Contextos*. Rio de Janeiro: Contracapa.

BARREIRA, César (coord.) (1999) – *Ligado na Galera. Juventude, Violência e Cidadania na Cidade de Fortaleza*. Brasília: Edições Unesco.

CASTELLS, Manuel (1999) – *O Poder da Identidade*. Editora Paz e Terra

CORTI, Ana Paula & SOUZA, Raquel (2004) – *Diálogos com o Mundo Juvenil: Subsídios para Educadores*. São Paulo: Ação Educativa.

COSTA, Sérgio (2002) – *As Cores de Ercília. Esfera Pública, democracia e configurações pós-nacionais*. “Capítulo IV: Criação e Dinâmica das Esferas Públicas Locais”. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. P. 81-98.

FAUSTO NETO, Ana Maria & QUIROGA, Consuelo (2000) – Juventude Urbana Pobre: Manifestações Públicas e Leituras Sociais – In: C.Alberto Messeder Pereira; Elizabeth Rondelli; Karl Erik Schollhammer; & Micael Herschmann (orgs), *Linguagens da Violência*, Rio de Janeiro: Rocco, p.221-236.

GARAPON, Antoine (1999) – *O Juiz e a Democracia. O Guardião das Promessas*. Rio de Janeiro: Revan.

LAGO, Luciana Corrêa (2006) – Trabalho, Moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. Paper apresentado no XVI World Congresso of the International Sociological Association. Durban.

MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo (orgs) ( 2005) – *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. Editora Senac, São Paulo.

MORIN, Edgar (1969) – *Cultura de Massa no Século XX*. Rio de Janeiro: Forense.

NOVAES, Regina (1998) - Apresentação, In: Juventude, Conflito e Solidariedade, Comunicações do ISER, N° 50, Ano 17.

VALLADARES, Lícia do Prado (2005) - *A Invenção da Favela. Do Mito de Origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; P.148 -150.

\_\_\_\_\_ & Preteceille, Edmond (2000) – Favela, Favelas: Unidade ou Diversidade da Favela Carioca. In: L.Cesar de Queiroz Ribeiro (org.) *O Futuro das Metrôpoles: Desigualdades e Governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan, P. 374-401.

VIANNA, Hermano (org) (1997) – *Galeras Cariocas. Territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.